



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Coordenação do Ministério Público



Objetivos processuais

Ano judicial 2016-2017



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM
Coordenação do Ministério Público

OBJETIVOS PROCESSUAIS

ANO JUDICIAL DE 2016-2017

I – Na sequência da definição pela Procuradoria-Geral da República dos objetivos estratégicos trianuais (2015-2018) e os objetivos estratégicos anuais (2016-2017), que visam estruturar e orientar a atividade do Ministério Público, importa determinar os objetivos processuais, planos de ação e medidas setoriais a implementar em cada uma das comarcas, e concretamente na comarca de Santarém.

II – Estipula o n.º 3 do artigo 91.º da Lei n.º 62/2013, que os objetivos processuais da comarca devem reportar-se, designadamente, ao número de processos findos e ao tempo de duração dos processos, tendo em conta, entre outros factores, a natureza do processo ou o valor da causa, ponderados os recursos humanos e os meios afetos ao funcionamento da comarca, por referência aos valores de referência processual estabelecidos.

Dispõe o n.º 4 do mesmo artigo que “os objetivos processuais da comarca não podem impor, limitar ou condicionar as decisões a proferir nos processos em concreto, quer quanto ao mérito da questão, quer quanto à opção pela forma processual entendida como a mais adequada”.

E os n.ºs 5 e 6 estabelecem que os objetivos devem ser refletidos e ponderados nos critérios de avaliação dos magistrados e dos oficiais de justiça.

Por sua vez, compete ao magistrado do Ministério Público coordenador implementar métodos de trabalho e objetivos mensuráveis para cada unidade orgânica (alínea n) do artigo 101.º da Lei n.º 62/2013).

III - Os objetivos a propor superiormente resultam do contributo resultante das propostas escritas e orais dos coordenadores setoriais e demais magistrados, bem como, no que concerne aos oficiais de justiça, de articulação com o Senhor Administrador Judiciário.



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM
Coordenação do Ministério Público

Segue, assim, a proposta de objetivos processuais/ações a desenvolver, por jurisdição, tendo em conta os focos definidos nos objetivos estratégicos da Procuradoria-Geral da República para o triénio 2015-2018 e para o ano judicial 2016-2017.

Em primeiro lugar, serão definidos os objetivos para os magistrados do Ministério Público e, de seguida, os objetivos para os oficiais de justiça que desempenham funções nos serviços do Ministério Público.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM
Coordenação do Ministério Público

I - MAGISTRADOS

1. Qualidade na ação: coordenação

- a) Continuar a acompanhar e a monitorizar a atividade desempenhada pelos magistrados do Ministério Público promovendo e agilizando os contatos informais, a articulação entre as diversas áreas e realizando reuniões e emitindo orientações, com vista à uniformização de procedimentos, à difusão de boas práticas e à melhoria da atuação dos magistrados da comarca nas suas várias vertentes e na relação com as diversas entidades e cidadãos.
- b) Continuação da dinamização de uma rede de intervenção integrada no âmbito da violência doméstica, envolvendo como parceiros a GNR, PSP, DGRSP, Segurança Social, APAV e outras entidades externas como as CPCJ, entidades da área da saúde e municípios;
- c) Continuação da dinamização de uma rede de intervenção integrada no âmbito da violência contra menores;
- d) Participar ativamente nas reuniões do Conselho de Gestão e do Conselho Consultivo, contribuindo para a melhoria da atuação destes órgãos e pugnando sempre pela defesa dos interesses do Ministério Público, exarando em ata as suas posições, mesmo nos casos de discordância com os demais órgãos de gestão;
- e) Continuar a promover a coordenação e a articulação entre as várias jurisdições e a intervenção do Ministério Público nas diferentes fases processuais:
 - 1.) Realização de reuniões, semestrais, com as coordenações do DIAP, da instância criminal e com o magistrado do MP em funções na Procuradoria da República da instância de instrução criminal tendo em vista identificar os fundamentos das decisões de não pronúncia, bem como as decisões absolutórias e respetivos fundamentos, com vista ao apuramento de possíveis lacunas na investigação que para elas tenham concorrido;
 - 2.) Monitorizar e avaliar o estabelecido nas seguintes orientações:
 - Ordem de serviço n.º 5/2014, sobre a articulação entre os magistrados do MP em funções nas Procuradorias das Instâncias Centrais de Família e Menores e os magistrados do MP



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM
Coordenação do Ministério Público

em funções nas Procuradorias das instâncias locais, nomeadamente no que respeita ao atendimento ao público e ao recebimento e encaminhamento de expediente;

- Ordem de serviço n.º 6/2014, sobre a articulação entre os magistrados do MP em funções nas Procuradorias das Instâncias Centrais do Comércio e do Trabalho;
- Recomendação n.º 5/2016, sobre a articulação entre os magistrados do MP em funções nas Procuradorias das Instâncias Centrais do Comércio e os magistrados do MP em funções no DIAP;
- Ata da Reunião n.º 6/2016, na qual foram acordados e estabelecidos procedimentos de articulação entre os magistrados do MP em funções nas jurisdições cível e do comércio com os magistrados que exercem funções área penal;
- Ordem de Serviço n.º 34/2015, sobre a articulação entre os magistrados do MP em funções no DIAP e os magistrados do MP em funções na área de família e menores;
- Ordem de serviço n.º 6/2016, sobre a articulação entre as várias fases do processo penal – inquérito, instrução e julgamento.

1. DIAP

Qualidade na ação: Reforço da direcção efectiva do inquérito

A) Privilegiar a especialização em áreas prioritárias:

A.1) Manutenção da especialização/concentração ao nível da investigação dos crimes de violência doméstica e dos crimes de natureza sexual contra menores/incapazes, bem como ao nível do tratamento do expediente relativo a detidos pelos mesmos crimes (na 1ª Secção especializada do DIAP, em Santarém);

A.2) Manutenção da especialização/concentração ao nível da investigação da corrupção e da criminalidade económico-financeira, (na 2ª secção especializada do DIAP, em Tomar, e na 2ª secção especializada/Subsecção B do DIAP, em Santarém);

A.3) Privilegiar a especialização/concentração ao nível da investigação da cibercriminalidade, para consolidação e rentabilização dos procedimentos já estabelecidos



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM
Coordenação do Ministério Público

e melhor avaliação das novas realidades factuais que vão surgindo (na 2ª secção especializada do DIAP, em Tomar);

B) Promover e desenvolver metodologias de definição do objecto do inquérito, da estratégia de investigação e de gestão processual:

B.1) Observar o cumprimento da O.S. nº 5/2014 DIAP STR, da Coordenação do DIAP, no que concerne ao controlo do prazo de prescrição do procedimento criminal (pontos 1, 2 e 3 da O.S.);

B.2) Observar o cumprimento da O.S. nº 5/2014 DIAP STR, da Coordenação do DIAP, na parte em que determina que seja o magistrado titular do inquérito, em articulação com o funcionário, a marcar o dia e hora para as diligências de inquirição/interrogatório a realizar pelos Srs. Funcionários do MP (sem a presidência do magistrado), enunciando no mesmo despacho as questões que pretenda ver esclarecidas, sempre que a singularidade ou a complexidade do caso o justifiquem (ponto 4.1 da O.S.);

B.3) Marcação das diligências processuais a realizar nos serviços do MP com uma dilação que não exceda 3 a 4 semanas (a contar do despacho).

B.4) Sinalização dos inquéritos que se encontram sujeitos a segredo de justiça.

B.5) No âmbito da cibercriminalidade, instituir procedimentos específicos a adoptar aquando do recebimento da queixa, tendo em vista a recolha da informação necessária ao arranque da investigação e à obtenção da prova dentro dos prazos legais de conservação de dados;

B.6) Solicitar a intervenção do GRA e do GAB, nos casos previstos nos arts. 4º e 11º da Lei nº 45/2011, de 24/06;

B.7) Sempre que tal for possível (por se mostrarem reunidos todos os elementos necessários), proceder, no momento da acusação, à liquidação do património do arguido e requerer a perda ampliada de bens;

C) Melhorar, organizar e monitorizar procedimentos de articulação com os órgãos de polícia criminal:

C.1) Reuniões de coordenação com a GNR, PSP e PJ, a realizar, pelo menos, anualmente;



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Coordenação do Ministério Público

C.2) Reunião de coordenação com a Unidade de Acção Fiscal da GNR e com a Polícia Judiciária Militar, no âmbito da investigação da criminalidade fiscal/tributária e dos crimes praticados por militares;

C.3) Realização de reunião de contato/apresentação com o magistrado do Ministério Público com assento no Conselho para a Prevenção da Corrupção;

C.4) Estabelecimento de formas de agilização nos contatos entre os magistrados do Ministério Público e os OPC e entre os magistrados do Ministério Público e outras entidades cuja área de intervenção incide em substratos factuais e domínios conexos com os da investigação criminal;

Qualidade na ação: Visão integrada da intervenção do Ministério Público nas diferentes fases processuais e instâncias

D) Melhorar e organizar procedimentos de ligação entre as fases de inquérito, instrução e julgamento (incluindo o recurso)

D.1) Consolidar a observância da Ordem de Serviço nº 6/2016, de 26/01/2016, da Coordenação do Ministério Público da Comarca, que estabelece procedimentos de articulação entre as fases do processo penal em 1ª instância, designadamente quanto à identificação dos fundamentos das decisões de não pronúncia/decisões absolutórias e o apuramento de eventuais falhas na investigação que para elas tenham concorrido;

D.2) Reforçar a articulação entre as coordenações do DIAP, da instrução criminal e da instância criminal;

Celeridade: Decisão de mérito em tempo útil

E) Continuar a promover a aplicação dos institutos de simplificação processual:

E.1) Incrementar a utilização dos institutos processuais penais de simplificação e consenso, de modo a que correspondam, pelo menos, a 55% dos inquéritos em que tenham sido recolhidos indícios suficientes da prática de crime e de quem foram os seus autores, no mesmo período;



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM
Coordenação do Ministério Público

E.2.) Melhorar a qualidade jurídica e técnica das decisões relativas à suspensão provisória do processo, promovendo a adequação e proporcionalidade das injunções aplicadas face ao crime em causa e acompanhar e monitorizar a aplicação da Diretiva e correto preenchimento da base de dados da suspensão provisória do processo;

E.3) Harmonização de procedimentos de registo da SPP e do despacho subsequente no *habitus/citius*;

F) Reduzir pendências excessivas

F.1) Monitorização mensal dos inquéritos mais antigos e a aguardar despacho há mais de 30 dias ou a aguardar o cumprimento de despacho há mais de 30 dias.

F.2) Finalizar, pelo menos, 70% dos inquéritos pendentes registados até 31/12/2014, nas secções de competência genérica e secções locais do DIAP;

F.3) Reduzir os inquéritos pendentes há mais de 8 meses para 35% do total dos inquéritos pendentes.

F.4) 1ª Secção do DIAP, em Santarém: Priorizar a investigação no domínio da violência doméstica e da violência sobre grupos mais vulneráveis: a) reduzindo as pendências para prazo não superior a 8 meses, em pelo menos 50% dos inquéritos pendentes, atento o volume processual da secção; b) promovendo a adopção de medidas de protecção às vítimas, quando necessário;

F.5) 1ª Secção do DIAP, em Santarém: Priorizar a investigação no domínio dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual: a) reduzindo as pendências para prazo tendencialmente não superior a 8 meses, em pelo menos 50% dos inquéritos pendentes; b) promovendo a adopção de medidas de protecção às vítimas, quando necessário;

F.6) Priorizar a investigação dos inquéritos instaurados até 31/12/2013 pendentes na 2ª Secção do DIAP de Tomar e na subsecção B da 2ª Secção do DIAP em Santarém, procurando reduzir-se essa pendência, em pelo menos 50%, atenta a complexidade e volume dos processos tramitados nestas secções;

F.7) Cuidar de dar destino aos objectos apreendidos em inquérito, assim que se mostrem reunidas as condições para tal e, pelo menos no despacho que declara encerrado o



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Coordenação do Ministério Público

inquérito, determinar a sua restituição ou promover a declaração de perda a favor do Estado, consoante as exigências do caso;

F.8) Proceder, por videoconferência, às diligências de inquirição de residentes noutro município (mas dentro da comarca de Santarém), sempre que exista equipamento adequado para tal e o magistrado repute importante a imediação.

Áreas prioritárias: Proteção das vítimas

G) Desenvolver procedimentos processuais e organizacionais para uma efectiva protecção e informação da vítima de crime

G.1) Promover a adopção de medidas de protecção às vítimas, quando necessário;

G.2) Presidir à inquirição das vítimas especialmente vulneráveis, em ordem a evitar inquirições complementares permitir a leitura do respectivo depoimento em julgamento, caso se mostre necessário;

G.3) Consolidação dos procedimentos de articulação estabelecidos entre o MP no DIAP e o MP na jurisdição de família e menores, respeitantes à intercomunicabilidade de informação relevante entre processos daquelas duas jurisdições que envolvam o mesmo menor (inquérito crime, inquérito tutelar educativo, processo de promoção e protecção, regulação das responsabilidades parentais ou outro processo tutelar cível);

G.4) Manter o atendimento ao público nas instâncias locais, mesmo para questões atinentes à jurisdição de família e menores, utilizando as fichas de atendimento disponibilizadas pelo *citius*.

2. INSTRUÇÃO CRIMINAL

B. Qualidade na ação

B.1 Promoção da igualdade do cidadão perante a lei

Ação a desenvolver:

Colaboração com o tribunal na descoberta da verdade e na realização do direito, obedecendo em todas as intervenções processuais a critérios de estrita objetividade,



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Coordenação do Ministério Público

nomeadamente através da sustentação das acusações e da interposição de recursos, no âmbito das funções atribuídas ao Ministério Público na secção de instrução criminal.

B.2 Visão integrada da intervenção do Ministério Público nas diferentes fases processuais e instâncias

Ações a desenvolver:

- Reportar hierarquicamente as decisões de não pronúncia, relativamente a crimes puníveis com pena de prisão superior a 5 anos, sempre que o Ministério Público concorde com a decisão e não pretenda interpor recurso, indicando de forma sucinta as razões de concordância com a decisão judicial;
- Articulação com os magistrados titulares do inquérito no que respeita ao controlo dos prazos das medidas de coação, na fase de transmissão do processo do DIAP para a secção de instrução criminal.

C. Celeridade

C.1 Decisão de mérito em tempo útil

Objetivos processuais:

- Exercer de forma mais completa possível a representação do Ministério Público na fase de instrução, através da presença efetiva nas diligências de instrução realizadas;
- Mostrar a sensibilidade necessária quanto ao instituto da suspensão provisória do processo, desde que verificados os respetivos pressupostos legais, incrementando-as ou não as obstaculizando, sempre que tal se mostre adequado à boa realização da justiça;
- Registar na base de dados da suspensão provisória do processo existente no SIMP, os despachos que a apliquem em fase de instrução e proceder à atualização do registo através da inserção do despacho subsequente ao da suspensão, juntando cópia do registo ao processo;



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM
Coordenação do Ministério Público

- Controlar o prazo máximo da duração da prisão preventiva e da medida de obrigação de permanência na habitação (designadamente, dando cumprimento à O.S. nº 21/2015 da coordenação do MP);

3. INSTÂNCIA CRIMINAL

B. Qualidade da ação

B.1 Promoção da igualdade do cidadão perante a lei

Ação a desenvolver:

Colaboração com o tribunal na descoberta da verdade e na realização do direito, obedecendo em todas as intervenções processuais a critérios de estrita objetividade, nomeadamente através da sustentação das acusações e da interposição de recursos, no âmbito das funções atribuídas ao Ministério Público nas secções de instância criminal.

B.2 Visão integrada da intervenção do MP nas diferentes fases processuais e instâncias

Ações a desenvolver:

- a) Continuação da sensibilização junto dos Srs. Procuradores Adjuntos no sentido de privilegiarem o uso do mecanismo a que alude o art.º 16.º nº 3 do CPP, quando não seja previsível que ao arguido venha a ser aplicada pena de prisão superior a 5 anos, sobretudo em determinado tipo de crimes (por ex., crimes de abuso de confiança fiscal ou crimes de abuso contra a Segurança Social, crimes de furto qualificado quando o arguido não tem antecedentes criminais por tal crime, concurso de crimes de ofensa à integridade física simples, concurso de crimes de violência doméstica quando o arguido não tem antecedentes criminais por tal crime, concurso de crimes de furto quando o arguido não tem antecedentes criminais por tal tipo de crime, etc...);
- b) Acompanhamento e articulação entre a fase de investigação e a fase de julgamento, designadamente com apoio do Magistrado que deduziu a acusação através de elementos relevantes para esta última fase;



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Coordenação do Ministério Público

- c) Identificação de questões divergentes na atividade desenvolvida entre as instâncias criminais e os vários Tribunais de Execução das Penas, que possam influenciar a atividade desenvolvida pelo Ministério Público;
- d) Articulação com os magistrados que exercem funções no DIAP e na secção de instrução criminal no que respeita ao controlo dos prazos das medidas de coação, na fase de transmissão do processo de uma fase processual para outra.
- e) Quando se revelar necessário ou urgente, promover a articulação com os Exm^{os} Colegas em funções junto dos Tribunais da Relação, nomeadamente nos recursos.

B.8 Valorização da intervenção em julgamento

Ações a desenvolver:

- a) Promover o destino dos objetos apreendidos nos autos logo que tal se revele viável;
- b) Análise periódica do número de absolvições e condenações e avaliação das causas mais frequentes no que respeita às absolvições;
- c) Promover a realização de cúmulo jurídico das penas logo que reunidos os respetivos pressupostos.

4. JURISDIÇÃO CÍVEL E DE COMÉRCIO

A. Áreas prioritárias

1- Promoção da igualdade do cidadão perante a lei:

- Promover, incentivar e desenvolver a iniciativa relativamente às ações e procedimentos em defesa do consumidor, designadamente à atividade em ambiente digital (internet).
- Melhorar, organizar e monitorizar a iniciativa processual em defesa dos incapazes, designadamente as ações de interdição, desenvolvendo mecanismos de articulação com as demais jurisdições.
- Na área específica das Execuções deverá continuar a proceder-se à análise e avaliação dos procedimentos a adotar em defesa dos incapazes, ausentes e



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM
Coordenação do Ministério Público

incertos e conferir particular atenção às boas práticas definidas quanto à instauração de execuções por custas.

2- Articulação da intervenção entre as diversas jurisdições:

(com especial enfoque na colaboração entre a área laboral e comércio com vista a melhorar, organizar e monitorizar o atendimento ao público e representação dos trabalhadores no âmbito das ações da sua competência)

Realização de uma reunião anual entre os magistrados de ambas as jurisdições com vista à articulação do atendimento ao público, de forma a permitir um atendimento sequencial.

3- Sensibilização dos magistrados para a necessidade de comunicação ao DIAP de todas as situações que integrem em simultâneo a prática de ilícitos criminais e cível (a saber no domínio dos delitos ambientais, proteção de direitos de idosos e de incapazes);

4- Articulação com outras entidades.

- Privilegiar os contatos informais e reuniões quando exista relevância prática na sua concretização.
- Realização de uma reunião (anual) com a Autoridade Tributária a fim de permitir o esclarecimento de questões pendentes (a nível do comércio, execuções e cível).

5- Atendimento ao público de qualidade.

Disponibilidade dos magistrados do Ministério Público da área cível, comércio e execuções para o atendimento, em horário pré-definido, ou em caso de urgência, no imediato (no comércio deverá ainda ser realizado em consonância com a área laboral).



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Coordenação do Ministério Público

Em qualquer das áreas, o atendimento deve decorrer de forma a que entre a marcação e o atendimento não decorra prazo superior a 15 dias, sem prejuízo do atendimento imediato nas situações identificadas como urgentes.

6- Simplificação e clareza da intervenção do Ministério Público.

- Avaliação e atualização do manual de procedimentos para a área cível.
- Promover e desenvolver a melhoria e qualidade técnico jurídica da intervenção nas ações do Contencioso do Estado, organizando uma melhor articulação com a entidade estatal respetiva;
- Nos processos em que intervém em representação do Estado, o Ministério Público deverá informar/comunicar ao departamento de Estado competente as decisões que forem tomadas nos respetivos processos.

7- Valorização da intervenção em julgamento

- articulação entre o magistrado que propõe a ação e o que realiza o julgamento - nos casos em que não possa ser o mesmo magistrado;
- acompanhamento com intervenção ativa nos processos de insolvência em ordem a garantir o ressarcimento dos créditos do Estado e o patrocínio que seja devido aos trabalhadores e familiares;
- garantir os interesses do Estado, por via da transação quando tal se recomende, providenciando para o efeito, pela obtenção das necessárias autorizações hierárquicas;

8- Cooperação com as demais profissões judiciárias

Esta cooperação, a saber com conservadores e notários, deverá continuar a realizar-se, designadamente promovendo os contatos informais.

C. Celeridade

C1. Prolação de decisões em tempo útil



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM
Coordenação do Ministério Público

Deverão ser observados os seguintes prazos:

- **Na área do comércio:**
 - entre a data da apresentação da pretensão e a propositura da ação não deve decorrer prazo superior a 45 dias (sem prejuízo da observância dos prazos de prescrição);
 - apresentação das reclamações de créditos nos processos de insolvência e de revitalização nos prazos previstos pelos artigos 17.º-D e 128.º do CIRE de forma a evitar sempre que possível a apresentação de ulteriores reclamações de créditos, articulando-se com a Autoridade Tributária o envio da certidão de dívidas até, pelo menos, cinco dias antes do termo do prazo.
- **Na área cível:**
 - Não exceder, em regra, o prazo de 120 dias entre a data da apresentação do pedido e a propositura da ação/ou do arquivamento nas ações de interdição/inabilitação;
 - Não exceder, em regra, o prazo de 180 dias entre a data da apresentação do pedido e a data da propositura da ação/despacho de arquivamento quanto às restantes acções – sem prejuízo da observância dos prazos de prescrição, designadamente no que respeita ao contencioso do Estado.
 - Caso exista necessidade de instaurar execução, esta deve ser apresentada no prazo máximo de 30 dias após o trânsito em julgado da decisão condenatória;
 - Requerer o registo das decisões a que haja lugar no prazo de 30 dias a contar do trânsito em julgado da decisão – quando tal não for ordenado oficiosamente pelo juiz;
 - Marcação das diligências pelo magistrado que deve indicar o dia e hora dentro do prazo não superior a 3 semanas- sem prejuízo de prazo mais curto em situações de urgência.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM
Coordenação do Ministério Público

- Providenciar-se pela reclamação atempada do pagamento de custas de parte sempre que tal se justificar – quando o Ministério Público representa o Estado e for parte vencedora deve reclamar para o seu representado as custas de parte que lhe sejam devidas e que devam ser suportadas pela parte vencida – nos termos dos artigos 25.º e 26.º do Regulamento das Custas Processuais.

6. JURISDIÇÃO DE FAMÍLIA E MENORES

A. Áreas prioritárias

A.7 Direitos das crianças e jovens

1. Prosseguir o superior interesse do menor, adoptando em cada caso a solução que se revelar mais adequada e conveniente e pugnar pela sua aplicação em tempo útil
2. Requerer de forma célere a abertura de processo judicial de promoção e protecção
3. Promover uma célere definição do projeto de vida das crianças institucionalizadas
4. Promover uma célere definição de um projeto de vida alternativo em caso de inviabilidade do projeto de adopção
5. Assegurar visitas de magistrados do Ministério Público a instituições de acolhimento
6. Continuar a monitorizar a aplicação da nova legislação de família e menores

B. Qualidade da ação

B.3 Articulação da intervenção entre as diversas jurisdições

Monitorizar as regras de procedimento e boas práticas de articulação já estabelecidas entre as jurisdições criminal e da família e menores designadamente nas situações que consubstanciem a prática de crimes sexuais em que sejam vítimas os menores, de crimes de violência doméstica praticados contra menor e/ou na presença de menor, de crimes de ofensa à integridade física qualificada, de crimes de maus-tratos praticados contra menor e de crimes cometidos em contexto escolar



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Coordenação do Ministério Público

B.5 Articulação com órgãos de polícia criminal e outras entidades

Reunir, pelo menos uma vez por ano, com as CPCJ, a DGRSP, Segurança Social e autoridades policiais com vista a articular, harmonizar, melhorar e agilizar procedimentos de actuação e de articulação.

B.6 Atendimento ao público de qualidade

1. Prosseguir a prática já seguida de identificação de questão concreta suscitada, dos meios de assegurar a tutela efectiva do interesse a salvaguardar e a sua comunicação ao utente.
2. Diligenciar pelo atendimento atempado dos cidadãos e providenciar formas de minimizar os custos e as dificuldades de deslocação dos mesmos
3. Nos casos em que o cidadão tenha legitimidade para intervir por si próprio no processo, esclarecer sobre o modo de proceder na elaboração dos requerimentos necessários

B.10 Cooperação com demais profissões judiciárias

Ação a desenvolver:

Articulação com as demais profissões judiciárias, nomeadamente estabelecer formas de articulação com os magistrados judiciais, de modo a que se evite a sobreposição de diligências e julgamentos e para que sejam tidas em consideração as datas das diligências presididas pelo Ministério Público.

C. Celeridade

C.1 Decisão de mérito em tempo útil

1. Reduzir a pendência nos processos de que o Ministério Público seja titular, dando prioridade aos processos mais antigos
2. Pugnar pela celeridade nos processos tutelares cíveis.
3. Reduzir em 40% os ITE pendentes há mais de 8 meses com ressalva daqueles que aguardam relatórios sociais da DGRSP, relatórios periciais (ex. perícias psiquiátricas), elementos de prova solicitados a outras entidades e daqueles que prosseguiram em consequência do incumprimento do plano de conduta



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM
Coordenação do Ministério Público

4. Aplicar em 40% dos ITE (nos quais foi colhida prova bastante da prática dos factos qualificados pela lei como crime e desde que verificados os respetivos pressupostos legais) a suspensão provisória do processo;
5. - Marcação das diligências pelo magistrado, que deve designar a data (dia e hora) das diligências, a realizar em prazo não superior a 3/4 semanas, sem prejuízo das situações urgentes.

C.2 Acessibilidade no atendimento ao público

1. Atendimento em dia e horário pré-definido do conhecimento do público
2. Atendimento fora do dia designado em situações urgentes e/ou em que haja dificuldade de deslocação no dia pré-definido para o efeito por motivo ponderoso, designadamente económico, de trabalho, de ausência de transporte ou de distância da sua residência
3. Atendimento nas instâncias locais com vista a minimizar os custos e as dificuldades de deslocação dos cidadãos
4. Atendimento, sempre que possível, de todos os cidadãos que se deslocam aos serviços para esse efeito

7. JURISDIÇÃO DO TRABALHO

A. Áreas prioritárias

A.11 Direitos dos trabalhadores

Ações a desenvolver:

- a) Ao nível da intervenção judiciária dos processos emergentes de acidente trabalho, manter e assegurar a tramitação célere inerente à sua natureza urgente de todos os processos, mas muito especialmente no que respeita a uma faixa em que as consequências são mais gravosas para os sinistrados e familiares (AT mortais e de mais elevada IPP);
- b) Ao mesmo nível nos processos emergentes de contrato de trabalho, nas diversas vertentes processuais em que os mesmos se poderão traduzir, manter e assegurar em



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM
Coordenação do Ministério Público

plenitude o patrocínio judiciário das entidades a quem deve tal intervenção, nos termos do Estatuto;

c) Ao nível instrumental, manter e assegurar o atendimento dos cidadãos que acorrerem aos serviços, de modo a garantir a intervenção judiciária adequada à efectiva tutela jurídica das pretensões fundamentadas, em prazo razoável;

B. Qualidade da ação

B.1 Promoção da igualdade do cidadão perante a lei e

B.2 Visão integrada da intervenção do Ministério Público nas diferentes fases processuais e instâncias

Ações a desenvolver:

Intervenção nas diversas fases processuais, assegurando em plenitude o patrocínio judiciário de atuação numa perspetiva material e não meramente formal, isto é, norteadas pela satisfação do interesse e vontade dos beneficiários.

B.3 Articulação da intervenção entre diversas jurisdições

Comunicação e articulação entre os magistrados do Ministério Público das instâncias de comércio e do trabalho, com vista a aprofundar a intervenção segundo procedimentos padronizados em tempo útil, de modo a assegurar a melhor salvaguarda do interesse material do representado, nomeadamente no que respeita:

- ao atendimento ao público;
- às reclamações de créditos;
- aos processos de insolvência.

B.6 Atendimento ao público de qualidade e

B.7 Simplificação e clareza da intervenção do Ministério Público

Ações a desenvolver:



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Coordenação do Ministério Público

- O atendimento dos cidadãos passa pela identificação clara da questão submetida a apreciação, da possibilidade ou impossibilidade de sustentação do seu interesse e do modo de o fazer de o fazer, designadamente numa perspetiva de necessidade de intervenção judiciária;
- Para um atendimento de qualidade efetiva importa desenvolver o modelo já seguido, com marcação prévia com fator essencial e num equilíbrio dinâmico permitido pelos recursos humanos existentes e o cumprimento das demais exigências decorrentes das diligências designadas quotidianamente e o tratamento cuidado que o todo o caso deve merecer;

Objetivos processuais:

1. Atendimento ao público com prévia marcação, realizado semanalmente por ambos os magistrados em funções em cada uma das secções de instância central do trabalho;
2. Informação precisa ao inscrito, com entrega da lista indicativa, sobre elementos documentais e informativos de que se deverá acompanhar na data marcada e as consequências da sua falta de cooperação ou falta à diligência, visando-se uma efetiva diminuição da carga burocrática, em benefício dos casos verdadeiramente relevantes;
4. Assegurar que entre a inscrição dos trabalhadores e o efetivo atendimento não decorra mais de um mês, sem prejuízo dos casos urgentes.

B.10 Cooperação com demais profissões judiciárias

A intervenção do Ministério Público na instância central do trabalho tal como nas demais instâncias, não obstante os interesses contraditórios inerentes aos casos concretos que se possam verificar, só tem a ganhar com um ambiente de cooperação com as demais profissões judiciárias.

Ação a desenvolver:

Articulação com as demais profissões judiciárias, nomeadamente estabelecer formas de articulação com os magistrados judiciais, de modo a que se evitem a marcação de diligências e julgamentos nos dias de atendimento ao público e de tentativas de conciliação em processos de acidente de trabalho.



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Coordenação do Ministério Público

C. Celeridade

C.1 Decisão de mérito em tempo útil

Ações a desenvolver:

Numa instância em que tem grande expressão a natureza urgente de processos, a tramitação e o impulso destes deve ser norteadas permanentemente pela obtenção de um equilíbrio dinâmico entre a procura da celeridade na obtenção da solução de mérito e a procura da melhor decisão de mérito possível.

1) Para tanto, continuar a articulação e o relacionamento com o Gabinete Médico-Legal (no caso da 2ª secção – Tomar) e com o perito médico (no caso da 1ª secção – Santarém), de modo a agilizar os relatórios periciais nos processos emergentes de acidente de trabalho, de modo a, sem perda da qualidade esperada e já adquirida, assegurar a sua conclusão num prazo razoável;

2) Aprofundar o relacionamento com as entidades que mais detalhadamente se cruzam com a atividade do MP, designadamente ACT, serviços de Segurança Social e, genericamente, com os órgãos de polícia criminal, de modo a permitir uma maior colaboração no âmbito da intervenção processual, designadamente no campo dos processos emergentes de acidente de trabalho e de contraordenação e estabelecer uma intervenção mais eficaz na gestão da informação.

Objetivos processuais:

- Propositura das ações emergentes de contrato individual de trabalho em prazo não superior a 3 semanas, desde a aceitação do pedido de patrocínio;
- A duração média dos processos emergentes de acidente de trabalho na fase conciliatória não deve ser superior a 6 meses, por regra contados desde a data da alta clínica do sinistrado;
- Proceder à atualização das pensões da responsabilidade dos empregadores, em prazo não superior a 20 dias após a entrada em vigor da respetiva legislação;



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Coordenação do Ministério Público

- Propositura das ações emergentes de acidente de trabalho em prazo não superior a 20 dias, salvo no caso em que se verifiquem insuficiências nos elementos de facto necessários à elaboração da petição inicial;
- Gestão dinâmica da agenda processual, de modo a que as diligências se realizem, em regra, em prazo não superior a 3 semanas/1 mês, sem prejuízo das que tenham natureza urgente;
- Reunião anual, com a ACT, visando aprofundar as dificuldades inerentes ao momento processual em que o Ministério Público é chamado a intervir.

8. TRIBUNAL DA CONCORRÊNCIA, REGULAÇÃO E SUPERVISÃO

A. Áreas Prioritárias

A.1 Corrupção e criminalidade económico-financeira

Matérias da competência do Banco de Portugal (BdP) e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM): apurar a duração média dos recursos de impugnação judicial – data de entrada do PCO (processo de contraordenação) até ao trânsito em julgado da sentença

A.10 Direitos dos consumidores

Matérias da competência de AdC, ICP-ANACOM, ERC, ERS: apurar a duração média dos recursos de impugnação judicial – data de entrada do PCO (processo de contraordenação) até ao trânsito em julgado da sentença

B. Qualidade na ação

B. 5 Articulação com outras entidades

- a) Promoção no processo para anotação em local visível da capa dos autos de recurso de impugnação judicial do prazo máximo de prescrição do procedimento contraordenacional, indicando-se os termos concretos do prazo;



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM
Coordenação do Ministério Público

b) Fomentar a partilha de conhecimento e experiência com as Autoridades Administrativas através de reuniões setoriais ou conjuntas anuais, com vista a melhorar a articulação com estas entidades.

B. 8 Valorização da intervenção em julgamento

Recurso a assessor técnico (nos termos conjugados dos artigos 41.º/1 do RGCO, 4.º do CPP, 50.º e 601.º do CPC) para os Recursos de Impugnação Judicial mais complexos em razão da matéria mais técnica do seu objeto

B.10 Cooperação com demais profissões judiciárias

Ações a desenvolver:

- Articulação com as demais profissões judiciárias, nomeadamente estabelecer formas de articulação com os magistrados judiciais, de modo a que se evite a sobreposição de diligências e julgamentos;
- Organização de *workshops/ações de formação* sobre temas processuais dos processos de contraordenação e sobre execuções por coima.

C. Celeridade

C.1 Decisão de mérito em tempo útil

- a) Apresentação à distribuição de 90% dos processos de contraordenação vindos das Autoridades Administrativas nos 10 dias úteis subsequentes à data de entrada no MP;
- b) Controlo dos prazos de prescrição do procedimento contraordenacional e da coima através de ficha individual de processo de que constará a informação acerca do percurso do processo;
- c) Assegurar que, em 90% dos requerimentos executivos (coima e/ou custas processuais), as diligências pré-executivas não ultrapassem 60 dias.

9. TODAS AS JURISDIÇÕES:



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM
Coordenação do Ministério Público

D. Qualidade Organizacional

D.1 Política de comunicação

Contribuir para a dinamização da página da comarca, integrante do sítio [www.ministerio.publico.pt.](http://www.ministerio.publico.pt), com conteúdos que esclareçam o cidadão relativamente às funções e atividade do Ministério Público.

D.4. Harmonização de procedimentos e critérios de registo

- a) Articulação entre os vários magistrados com vista a harmonizar, agilizar e uniformizar procedimentos de atuação.
- b) Proceder no sistema informático à classificação rigorosa dos atos a praticar.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM
Coordenação do Ministério Público

II – Oficiais de justiça

1. Objetos:

- a) No prazo de 9 meses, proceder à inventariação dos bens apreendidos nos inquéritos, incluindo dinheiro depositado em instituições bancárias, diligenciando-se para que o magistrado promova o respetivo destino final, limpando-se os espólios e os depósitos de objetos respeitantes a processo findos.
- b) Mencionar na capa dos processos a existência de objetos;
- c) Proceder ao registo dos objetos no sistema informático;
- d) Colocar listagem, extraída do sistema informático, e mantê-la atualizada, na contracapa do processo, com menção discriminada dos respetivos objetos, apreensão, eventual decisão e seu cumprimento, com indicação das respetivas datas e número de folhas dos autos;

2. Vistos em correição e remessa ao arquivo:

- a) Até ao final do ano judicial, diligenciar para que todos os processos que se encontram atualmente a aguardar a aposição de visto em correição há mais de 6 meses, sejam submetidos a despacho do magistrado do Ministério Público;
- b) Submeter regularmente a visto em correição os processos que vão findando, pelo menos, no prazo de 2 meses após o decurso dos prazos previstos legalmente, (nomeadamente nos inquéritos);
- c) No prazo de 9 meses, remeter ao arquivo os processos que se encontram atualmente com despacho de visto em correição;
- d) Remeter regularmente ao arquivo os processos que vão, entretanto, findando, e, pelo menos, uma vez por semestre.

3. Registo

- a) Proceder ao registo dos diversos atos no *citius/habilus* e manter o registo atualizado com o estado evolutivo dos processos;



S. R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM
Coordenação do Ministério Público

- b) Proceder, no sistema informático, à classificação rigorosa dos atos a praticar;
- c) Alarmar todos os prazos, com especial atenção aos respeitantes a processos e atos urgentes e prazos de prescrição.

4. Movimentação processual

- a) Junção de documentos, requerimentos e outros papéis – no prazo máximo de, entre 3 a 5 dias;
- b) Abertura de conclusão subsequente à junção referida em a) – no prazo máximo de, entre 3 a 5 dias;
- c) Cumprimento de despachos interlocutórios de magistrado – no prazo máximo de, entre 5 a 8 dias;
- d) Cumprimento de despachos finais de magistrado – no prazo máximo de 15 dias;
- e) Movimentação do processo, após o termo dos prazos - no prazo máximo de, entre 8 a 10 dias;
- f) Processos e diligências urgentes – cumprimento no próprio dia ou, nos casos em que tal não se mostre possível, no máximo no dia seguinte.

5. Atendimento ao público

Registo do atendimento efetuado por oficial de justiça, após prévio preenchimento pelo cidadão requerente de ficha própria, onde sucintamente expõe o assunto/preensão.

Santarém, 18 de outubro de 2016

O magistrado do Ministério Público coordenador

Paulo Morgado de Carvalho